



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 24/2012**

A União, por intermédio da Justiça Federal de Primeiro Grau–Seção Judiciária do Estado da Bahia, CNPJ/MF nº. 05.442.957/0001-01 e sede na Av. Ulysses Guimarães, nº. 2799, Centro Administrativo da Bahia, Salvador-BA, neste ato representada pelo MM. Juiz Federal Diretor do Foro, Dr. ÁVIO MOZAR JOSÉ FERRAZ DE NOVAES, brasileiro, CPF nº. 321.161.285-87 e RG nº. 1.430.129-67 (SSP/BA), residente e domiciliado nesta Capital, no uso de suas atribuições, doravante designada simplesmente CONTRATANTE, resolve, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº. 60/2012, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa **CLARILDA MENEZES BRITO**, CNPJ nº. 08.793.939/0001-62, sito à Av. Fernandes da Cunha, 14/20, Mares, Salvador/BA, neste ato representada pelo Sr. DORIVAL DE OLIVEIRA LACERDA, brasileiro, CPF nº. 544.529.295-91 e RG nº. 7.278.621-1 (SSP-PR), doravante denominada CONTRATADA, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Decreto nº. 3.931/2001, IN nº. 02/2010–MPOG, suas alterações e PA nº. 4778/2012-JFBA (Pregão Eletrônico nº. 60/2012) e às seguintes cláusulas:

**1. DO ITEM REGISTRADO**

Item*	Especificação do material	Quantidade Máxima	Preço Unitário (R\$)
01	Papel A4, reciclado.	3.000 resmas	7,50

\*Item do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº. 60/2012.

**OBSERVAÇÃO:**

Os materiais deverão ser entregues embalados, contendo as indicações de marca, fabricante, procedência e prazo de validade, de acordo com a legislação em vigor. Todos os materiais devem apresentar prazo de validade de, no mínimo, um (01) ano, a contar da data de entrega do produto.

**2. DO OBJETO**

2.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição do papel A4 reciclado, de acordo com a necessidade e solicitação da Seção de Administração do Material (SEMAT), desta Seção Judiciária, sendo que a especificação completa do item registrado consta do Anexo I do edital do Pregão Eletrônico nº. 60/2012.

**3. DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1- As despesas com a execução deste Registro de Preços serão atendidas com recursos consignados no Programa de Trabalho "Julgamento de Causas da Justiça Federal", ND 33.90.30, Fonte: Tesouro Nacional.

**4. DA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO**

4.1 - A Justiça Federal – Seção Judiciária do Estado da Bahia fará as aquisições mediante a emissão da Solicitação de Fornecimento de Materiais e Nota de Empenho específica, emitida de acordo com o material e quantidades constantes na referida Solicitação.

- A Solicitação de Fornecimento será enviada para a fornecedora, que deverá acusar recebimento no prazo de 01 (um) dia útil;
- As quantidades e o prazo de entrega do objeto que vier a ser adquirido serão definidos na respectiva Solicitação de Fornecimento, sendo os prazos mínimo e máximo de entrega de, respectivamente, 07 (sete) e 30 (trinta) dias consecutivos.



## 5 - DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

5.1 - A entrega do produto deverá ser efetuada na Seção de Administração de Material (SEMAT), desta Seção Judiciária, bem como nas Subseções Judiciárias do interior (Ilhéus, Itabuna, Juazeiro, Jequié, Barroiras, Campo Formoso, Feira de Santana, Paulo Afonso, Vitória da Conquista, Guanambi, Eunápolis, Irecê, Teixeira de Freitas, Alagoinhas e Bom Jesus da Lapa).

5.2 - O produto será recusado nos seguintes casos:

5.2.1 - Quando entregue com especificações técnicas diferentes das contidas no edital de licitação;

5.2.2 - Quando apresentar qualquer defeito durante a verificação de conformidade.

5.3 - A empresa contratada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da comunicação por parte da Administração, para retirada da Nota de Empenho.

5.3.1 - A comunicação a que alude o item anterior poderá ser feita via fac-símile, correspondência ou correio eletrônico.

5.4 - A Contratada deverá providenciar a substituição do produto que apresente defeito no prazo de 07 (sete) dias corridos, contados a partir da data da comunicação, por ofício, feita pela Justiça Federal da Bahia, sem quaisquer ônus. **A Contratada só será beneficiada deste prazo caso cumpra rigorosamente o prazo de entrega determinado na Solicitação de Fornecimento.**

## 6. DO PREÇO E PAGAMENTO

6.1 - A JUSTIÇA FEDERAL pagará à CONTRATADA o valor unitário constante do item "1. DO ITEM REGISTRADO" deste instrumento, multiplicado pela quantidade solicitada por item.

6.2 - O pagamento de cada parcela do objeto, constante da Solicitação de Fornecimento, entregue e recebido em definitivo pela Justiça Federal do Primeiro Grau – Seção Judiciária da Bahia, será efetuado através de ordem bancária, cujo valor será creditado em conta corrente ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do atesto da Nota Fiscal, que ocorrerá no prazo máximo de 02 (dois) dias da data do protocolo do documento no setor competente, ressalvando-se os possíveis atrasos no repasse de recursos pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região. **A empresa interessada deverá estar cadastrada no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF e com a documentação obrigatória em plena validade.**

6.3 - Havendo atraso no pagamento por culpa da Contratante, a Justiça Federal – Seção Judiciária da Bahia se obriga a pagar juros de mora de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia sobre o valor da Nota Fiscal, desde o dia subsequente ao vencimento do prazo até o dia do efetivo pagamento, exceto na hipótese de glosa na fatura para posterior apuração de falta.

6.4 - Havendo erro no documento fiscal, ou outra circunstância que desaprove a liquidação das despesas, a mesma ficará pendente e o pagamento suspenso, até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para esta Justiça Federal, inclusive moratório. Nesse caso, o prazo a que se refere o subitem 6.2 passará a fluir somente após sanada a irregularidade.

6.5 - O documento de cobrança consignará valores em reais e discriminará:

- a) o objeto da prestação do serviço e o número do processo que deu origem à contratação;
- b) dados bancários: nome do banco, agência e número da conta-corrente;
- c) nº. do CNPJ do licitante/contratada idêntico ao apresentado na proposta comercial e, conseqüentemente, lançado na Nota de Empenho e na presente Ata;
- d) caso seja optante do Simples Nacional, deverá apresentar conjuntamente a nota fiscal à declaração de que é optante do referido Regime de Tributação, conforme



modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa SRF n. 1234, de 11/01/2012. Caso não o faça, ficará sujeita à retenção de impostos e contribuições, de acordo com a referida Instrução.

6.6 - A Nota de Empenho será omitida quando da solicitação do fornecimento do material de acordo com a especificação e as quantidades solicitadas.

6.7 - No ato do pagamento será realizada consulta ao SICAF e ao site do TST, para conferência da validade das seguintes certidões: regularidade do FGTS, negativa de débitos com o INSS, negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e negativa de débitos trabalhistas. Caso a empresa esteja com alguma certidão ou o cadastramento vencido no SICAF, serão consultados via internet, os respectivos sites dos órgãos emissores das certidões supracitadas. Constatada a situação irregular da contratada junto ao SICAF, a contratada será notificada, por escrito, para providenciar a sua regularização no prazo de 15 (quinze) dias úteis ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual. Este prazo poderá ser prorrogado, a critério da Administração.

#### 7. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 - Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, o preço poderá ser revisado, na forma do art. 12, §1º, do Decreto nº. 3931/01.

#### 8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - A CONTRATADA compromete-se a:

- a) entregar o material, objeto desta licitação, novo, sem defeito e sinais de uso, sob pena de não ser aceito pela Justiça Federal da Bahia;
- b) cumprir o prazo de entrega e quantidades constantes da Solicitação de Fornecimento;
- c) efetuar, durante o prazo de garantia, sem custos adicionais, a substituição do material que apresentar defeito de fabricação ou outros de qualquer natureza que impeçam a sua regular utilização, no prazo de 07 (sete) dias corridos, a contar da comunicação;
- d) manter, durante o período do registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas no presente instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à JUSTIÇA FEDERAL, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da Ata de Registro de Preços referente a este certame;
- e) assinar aditivos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da comunicação, nos casos previstos no § 1º, art. 65 da Lei n. 8.666/93.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DA JUSTIÇA FEDERAL

9.1 - A JUSTIÇA FEDERAL proporcionará à CONTRATADA todas as facilidades à boa execução do objeto desta Ata, e designará um representante seu para acompanhar o fornecimento do material designado e registrado, com a finalidade de dirimir eventuais dúvidas vinculadas ao processo.

9.2 - A JUSTIÇA FEDERAL efetuará os pagamentos devidos em função da presente Ata.

#### 10. DA VIGÊNCIA

10.1 - Este Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, não admitida prorrogação.

#### 11. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A JUSTIÇA FEDERAL poderá cancelar o Registro de Preços do respectivo item, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital e nesta Ata, nos casos estabelecidos no art. 13 do Decreto nº. 3.931/2001.



11.2 - A CONTRATADA poderá solicitar o cancelamento do Registro de Preços, por escrito, devendo, para tanto, comprovar impossibilidade de atendimento das solicitações, objeto desta Ata, decorrentes de casos fortuitos ou força maior.

## 12. DAS PENALIDADES

12.1 - Havendo atraso na entrega do objeto, sem justificativa por escrito e aceita pela Administração, a Contratada ficará sujeita à multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia sobre o valor descrito na Nota de Empenho, relativo à parte entregue em atraso, a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo até o dia da efetiva entrega do bem, observado o limite de 6% (seis por cento). Ultrapassando 20 (vinte) dias corridos, o atraso dará causa à aplicação da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor descrito na Nota de Empenho, relativo à parte entregue em atraso, ou não entregue, podendo, a critério da Administração, configurar recusa e ensejar o cancelamento do registro e da nota de empenho.

12.1.1 - As multas estabelecidas no subitem anterior não serão aplicadas cumulativamente.

12.2 - Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para o item registrado quando ocorrer recusa ou atraso imotivado da CONTRATADA em assinar aditivos, nos casos previstos no §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

12.3 - O descumprimento do prazo de garantia estipulado para o item ensejará multa a ser calculada da seguinte forma:

$$\text{MULTA} = \text{PI} \times \text{QA} \times 10\%$$

Onde: PI = Preço Unitário do Item

QA = Quantidade Adquirida de itens que não tiveram atendimento tempestivo ao chamado técnico da assistência.

12.4 - As multas devidas pela CONTRATADA serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

12.4.1. Caso a CONTRATADA não tenha créditos a receber, ou se este for inferior ao valor da multa, esta poderá ser recolhida através do GRU, que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fazê-lo, após notificação oficial, sob pena de cobrança judicial.

12.5 - Por razão de economicidade, é facultado a esta Administração Pública deflagrar a cobrança de multas administrativas a partir de 200 UFIR's. Portanto, no período de vigência da Ata, ocorrendo multas inferiores a este limite, poderá a Justiça Federal:

- a) ou cobrá-las de imediato;
- b) ou aguardar o acúmulo das multas, e ao atingir o referido limite, cobrá-las integralmente.

12.6 - A aplicação de quaisquer penalidades previstas nesta Ata será procedida de regular processo administrativo, onde se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

12.7 - Qualquer irregularidade de caráter comercial ou técnico será registrada no SICAF.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Não constitui obrigação da JUSTIÇA FEDERAL a aquisição do item objeto da presente Ata de Registro de Preços.

13.2 - O preço registrado e a indicação do respectivo fornecedor, detentor da Ata, será divulgado no portal da Internet [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

13.3 - A presente Ata e os eventuais termos dela decorrentes serão publicados no portal [www.jfba.jus.br](http://www.jfba.jus.br).



14. DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado da Bahia, em Salvador-BA, para dirimir questões oriundas deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem as partes justas e acordadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Salvador-BA, 23 de agosto de 2012.

ÁVIO MOZAR JOSÉ FERRAZ DE NOVAES  
JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO

DORIVAL DE OLIVEIRA LACERDA  
REPRESENTANTE DA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CRF: 274.978.625-00

CPF: 154.901.235-04